

# COMISSÃO DE TRABALHO

## PROJETO DE LEI Nº 2.987, DE 2019

Reconhece a ultrassonografia como especialidade médica.

**Autor:** Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

**Relator:** Deputado PROF. PAULO FERNANDO

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe visa a reconhecer a ultrassonografia como especialidade médica, estipulando em dois anos o tempo mínimo de formação do profissional da área, com uma carga horária de, pelo menos, 2.880 horas.

O projeto reconhece como especialistas os médicos que já atuam na área há pelo menos dois anos, no momento de publicação da lei, além de remeter à Associação Médica Brasileira ou à Comissão Nacional de Residência Médica a competência para emissão do título de especialista, que deverá ser registrado nos Conselhos Regionais de Medicina.

A matéria foi distribuída às Comissões de Trabalho (CTRAB) e de Saúde (CSAUDE), para análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

No âmbito da competência regimental desta CTRAB, a matéria deve ser examinada quanto aos aspectos relativos à regulamentação do exercício das profissões (alínea “m” do inciso XVIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Desse modo, cabe ressaltar que a aprovação do projeto contribuirá para uma maior qualidade do serviço prestado na área da ultrassonografia, o que reverterá em prol do paciente que se submeterá aos exames.

De fato, quanto maior a capacitação do médico, melhor o resultado obtido na realização do exame. Como bem mencionado na justificção do projeto, *“A ausência de normatização para a ultrassonografia é extremamente preocupante, pois um profissional mal treinado exige exames desnecessários, perde o diagnóstico no tempo hábil para o tratamento e eleva muito o custo para o Sistema de Saúde. A pior consequência da falta de capacitação adequada é o erro de diagnóstico”*.

E nesse ponto, importante registrar que a regulamentação de uma determinada profissão está condicionada aos riscos que o seu exercício impõe à sociedade. Nesse caso, a consequência é imediata: o despreparo do profissional implicará em risco à população que precise se submeter aos exames ultrassonográficos.

Assim sendo, diante da ausência de normatização do assunto por parte do Conselho Federal de Medicina, esta Casa Legislativa precisa assumir a responsabilidade de regulamentar a matéria em discussão.

Destaque-se que a proposta garante o direito adquirido dos profissionais que já exercem a atividade no momento da publicação da lei, permitindo-lhes a titulação como especialistas em ultrassonografia independentemente do cumprimento do disposto na lei.

Além disso, exige-se dos profissionais tempo de formação há pelo menos 2 (dois) anos e possuam título de certificação *latu sensu* de pelo



menos 2 ano ou com carga horária mínima 2.880 horas, o que torna mais qualificável a atuação dos profissionais.

Diante do exposto, entendemos que a proposição atende ao interesse público, condição *sine qua non* que deveria nortear toda e qualquer matéria aprovada nesta Casa, razão pela qual manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.987, de 2019, na forma do seu Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado PROF. PAULO FERNANDO  
Relator



## COMISSÃO DE TRABALHO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.987, DE 2019

Reconhece a ultrassonografia como especialidade médica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida a ultrassonografia como especialidade médica.

Art. 2º O tempo de formação mínimo para o especialista em ultrassonografia será de dois anos, com carga horária obrigatória mínima de 2.880 horas por ano.

§ 1º Também serão reconhecidos como especialistas em ultrassonografia os médicos que, na data de publicação desta lei, já exerçam a atividade de ultrassonografista há pelo menos dois anos e possuam títulos ou **certificação *latu sensu* de pelo menos 2 ano ou com carga horária mínima de 2.880 horas.**

§ 2º O título de especialista em ultrassonografia poderá ser emitido pela Associação Médica Brasileira ou pela Comissão Nacional de Residência Médica e será registrado pelos Conselhos Regionais de medicina.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado PROF. PAULO FERNANDO  
Relator

